

CONTRATO N.º ____/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAKS GERENCIÁVEIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CODEBA EM SEUS TRÊS PORTOS DE SALVADOR, ARATU-CANDEIAS E ILHÉUS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, ENTRE A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE: A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 14.372.148/0001-61, a seguir denominada **CODEBA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e pelo(a) Diretor de Gestão Administrativa e Financeira da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATADA: A empresa, com sede na, CNPJ nº, neste ato representado por....., inscrito no CPF nº, do representante da empresa na forma indicada em seu contrato/estatuto social daqui por diante denominada por **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de que trata a Cláusula Segunda - **DO OBJETO**, com fundamento no processo administrativo Processo SEI Nº 50903.002676/2025-07, mediante as cláusulas e condições seguintes deste Contrato, do qual serão partes integrantes o Pregão Eletrônico nº 90004/2026 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de ____/____/2026.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. A lavratura do presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 regulando-se pelas cláusulas contratuais que o integram e pelas seguintes disposições normativas:

- a) Lei n.º 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;

- b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);
- c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.gov.br;
- e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;
- f) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP);
- g) Demais normas pertinentes ao objeto do contrato.

1.2. Este contrato está em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026.

1.3. E seus anexos, com o Termo de Referência e com a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, para que a vinculação da contratação seja com o Termo de Referência, edital e seus anexos, ainda que não mencionado, e proposta, independente de transcrição;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para aquisição de nobreaks gerenciáveis para atender as demandas da CODEBA em seus três portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, conforme condições e exigências estabelecidas conforme Termo de Referência e seus Anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A prestação do objeto da presente contratação dar-se-á por **Execução Indireta**, no regime de **Empreitada por Preço Global**;

4. CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

4.1. Os locais a que se referem este Termo de Referência e seus respectivos subitens têm as seguintes características:

a) Local 1 – SEDE CODEBA:

Localização: Av. França, 1551 Comércio, Salvador - Bahia CEP: 40.010-000

Coordenadas: LAT -12.963782 / LONG -38.508356

b) Local 2 - PORTO DE ARATU-CANDEIAS

Localização: Vila Matoim, s/n - Baía de Aratu Candeias - Bahia CEP: 43.800-000

Coordenadas: LAT -12.778639 / LONG -38.489445'

c) Local 3 – PORTO DE ILHÉUS:

Localização: Rua Rotary, s/n - Cidade Nova Ilhéus - Bahia CEP: 45.652-020

Coordenadas: LAT -14.785195 / LONG -39.032942

4.2. Para o cálculo do frete de entrega deverá ser considerado um pedido mínimo de 1 equipamento.

4.3. Para a garantia on-site também deve ser considerado os locais acima;

4.4. Todo traslado do prestador de serviço para os portos é de responsabilidade da contratada, não sendo possível o uso do serviço de transportes da CODEBA.

4.5. Toda locomoção dentro do porto é de responsabilidade da contratada, e é terminantemente proibido o uso de veículos/viaturas da CODEBA por contratados da contratada.

PRAZOS

4.6. O cronograma será realizado de acordo com as solicitações por parte da Contratante

4.7. Os materiais serão solicitados sob demanda de acordo com a necessidade da CODEBA;

4.8. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, conforme determinação da CONTRATANTE, das 8h00 às 12h00, das 13h00 às 16h00, de segunda a sexta, exceto feriados, no local indicado na autorização de fornecimento, conforme estabelecido no item Local de Execução de Serviços;

4.9. Os materiais serão recebidos, provisoriamente, pela Gerência de Tecnologia da Informação, com apoio da Gerência de Infraestrutura, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

4.10. A verificação da conformidade das especificações dos materiais ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório. Admitidas as conformidades quantitativa e qualitativa, os materiais serão recebidos definitivamente, mediante ateste na Nota Fiscal/Fatura, com a consequente aceitação do objeto;

4.11. Em caso de eventual desconformidade, a Equipe Técnica da CONTRATANTE designada para a verificação devolverá a Nota Fiscal/Materiais, para as devidas correções;

4.12. Durante o recebimento provisório, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição do material que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

4.13. Os materiais deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios;

4.14. Os materiais deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios;

4.15. O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito a substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

4.16. Deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos, PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

- a) De vigência e execução da ata de registro de preços: 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato em DOU;
- b) Entrega dos materiais: 30(trinta) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento;
- c) Da certificação da nota fiscal para pagamento: 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega ao Fiscal;
- d) Do pagamento: até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. Conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CODEBA, o preço total do objeto contratado é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº xxxx/xxxx, SD n.º xxxxxx, Classificação: xxxxxxxxxxxxxxxx. em exercícios xxxxxx.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A realização e o pagamento dos serviços, obedecerão às seguintes condições:

7.2. Os valores dos custos dos serviços devem embutir todos os custos para a Contratada, inclusive impostos, taxas, custos diretos e indiretos de pessoal e quaisquer tipos de custos administrativos ou melhorias do ambiente;

7.3. A nota fiscal não aprovada pela CODEBA será devolvida à Contratada para as devidas correções e posterior reapresentação e consequente aprovação pela CODEBA.

7.4. A área de fiscalização e gestão conforme apresentado no Termo de Referência deverá, entre outras coisas, elaborar a medição da aquisição dos equipamentos fornecidos ao longo dos pedidos e reunirá os resultados encontrados em "Boletim de Medição", que deverá ser assinado por ambas as partes. E deverá manter atualizada a documentação.

7.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar com a Nota Fiscal a seguinte documentação:

- a) Regularidade fiscal, perante a Fazenda Federal;
- b) Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Regularidade com o FGTS;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

7.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada pela área financeira da CODEBA consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e se constar a situação de irregularidade da CONTRATADA, essa será advertida por escrito pelo Fiscal da CODEBA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CODEBA.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, dos documentos pertinentes à contratação, circunstância que impeça a liquidação da despesa, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará condicionado a regularização. Portanto, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.8. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.9. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material fornecido devidamente atestados pela GTI, através de ordem bancária, para crédito em banco e conta corrente indicados pelo contratado;

7.10. A nota fiscal/fatura que for apresenta com erros será devolvida à Contratada para retificação e representação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Tendo em vista que a modalidade adotada no presente processo é o Sistema de registro de preços, com validade de 12 (doze) meses, não é prevista a incidência de reajustamento futuro sobre o valor ofertado durante o processo licitatório.

9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DO SERVIÇO

9.1. O prazo de garantia e de suporte técnico do produto que compõem o objeto será de 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo;

9.2. O serviço de suporte técnico será prestado ininterruptamente durante toda vigência contratual;

9.3. O acionamento da garantia contratual acarretará na abertura de chamado por parte da CODEBA em seu sistema de chamados e caso a contratada deseje registrar seu atendimento em sistema próprio ficará a seu critério, porém ao final de cada atendimento resultante do acionamento da garantia, a Contratada deverá disponibilizar as seguintes informações:

- a) Número identificador do acionamento da garantia ou protocolo de atendimento;
- b) Data e hora do início e do término do atendimento;
- c) Severidade do erro;
- d) Identificação do erro;
- e) Solução aplicada para a resolução do problema.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Durante a vigência e execução do contrato, a execução do seu objeto será acompanhada e fiscalizada, em todas as suas etapas, pela Gerência de Tecnologia da Informação;

10.2. O responsável técnico designado pela FISCALIZAÇÃO anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo, inclusive, interromper qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo submeter a sua decisão ao Gestor do Contrato;

10.3. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA serão feitos por escrito, na ocasião devida, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens e declarações verbais;

10.4. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar à CONTRATADA a suspensão de qualquer trabalho que possa estar sujeito a danos de qualquer outra natureza, cabendo à

CONTRATADA os ônus decorrentes da inobservância das recomendações, precauções e regulamentos aqui descritos;

10.5. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação pela FISCALIZAÇÃO, que durante o período de vigência do contrato irá representa-la, sempre que se fizer necessário;

10.6. A CONTRATADA se obriga a retirar dos serviços os técnicos ou prepostos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, procurem criar embaraços à atuação dessa fiscalização e/ou à execução dos serviços;

10.7. Das decisões da FISCALIZAÇÃO cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo, ao Diretor Presidente da CODEBA.

10.8. Ao término, será de responsabilidade da Fiscalização a elaboração do Termo de Recebimento dos materiais:

a) **Provisório:** no caso de aquisição de materiais e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pelo contratado;

b) **Definitivo:** relativo à integralidade do contrato, representando aceitação da integralidade do contrato e liberação do contratado tocante a vícios aparentes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CODEBA

11.1. São obrigações da CODEBA:

a) Nomear Gestor do Contrato, assim como Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à execução do objeto;

c) Comunicar oficialmente, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização;

d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

e) Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

f) Autorizar a realização de serviços a serem prestados em horário distinto ao do expediente;

g) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

h) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

i) Informar previamente a CONTRATADA sobre mudanças de processos internos de pagamento da CODEBA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

12.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

12.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

12.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

12.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

12.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

12.7. Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para execução do objeto;

12.8. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

12.9. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

12.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

12.11. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

12.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

12.13. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

12.14. Elaborar, em conjunto com a CONTRATANTE cronograma inicial de entrega dos materiais;

12.15. Cumprir integralmente o cronograma e os prazos nele estabelecidos;

12.16. Enviar ao fiscal do contrato, documento relacionando os profissionais envolvidos, para efeito de controle de entrada e saída de funcionários da sede da CODEBA;

12.17. Manter, ainda, os seus empregados identificados, utilizando crachás e fardamento com logomarca da empresa, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

12.18. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na execução dos serviços;

12.19. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de materiais e serviços pelo Fiscal do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

12.20. Responder, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnicas pertinentes ao Contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

12.21. Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive no que se referir a inobservância da legislação em vigor;

12.22. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se exigido pela CONTRATANTE, qualquer um dos seus empregados ou prepostos em serviço, cuja atuação ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços.

12.23. A contratada deverá informar um e-mail, um número de telefone e uma pessoa específica que irá atender aos chamados da contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

13.1. Não será permitida a subcontratação de partes ou totalidade dos serviços deste termo de referência

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CODEBA poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado; e
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. Na hipótese de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso;

14.3. A aplicação das multas a que alude este Termo de Referência não impede que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções aqui previstas e demais cominações legais;

14.4. As multas previstas neste Capítulo deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial e, no caso de falta de recolhimento, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobradas judicialmente;

14.5. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste item, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. Constituem motivo para a rescisão dos contratos firmados pela CODEBA:

- I. O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- III. O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato;
- IV. O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato;
- V. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VI. A fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CODEBA;

VII. A dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;

VIII. Razões de interesse da CODEBA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

IX. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

X. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

XI. Inobservância da vedação ao nepotismo;

XII. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente;

XIII. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV. O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

15.3. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela Contratada:

16.1.1. Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e

com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

16.1.2. Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis; e

16.1.3. Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. Pelo término do seu prazo de vigência;

III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;

IV. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA e esteja autorizado no contrato, na legislação em vigor ou neste regulamento;

V. Pela via judicial ou arbitral; e

VI. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

18.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MATRIZ DE RISCO

19.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, segue a classificação de riscos, conforme matriz do item 21 do Termo de Referência.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ANEXOS

20.1. Integram o presente Acordo como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência: Registro de Preços para aquisição de nobreaks gerenciáveis para atender as demandas da CODEBA em seus três portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, conforme condições e exigências estabelecidas conforme Termo de Referência e seus Anexos.
- b) Anexo II – Modelo Carta Proposta;
- c) Anexo III - Declaração Unificada;

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. A CODEBA declara que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

23.1. Tendo em vista que a contratação será realizada através do Sistema de Registro de Preço fica dispensada a garantia de execução pelo fato de que o pagamento só ocorre após o recebimento e aceite dos equipamentos, eliminando o risco de prejuízo financeiro direto para a empresa estatal Lei nº 13.303/2016.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2. E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, de de

Pela CODEBA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
Diretor-Presidente	Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
CARGO/FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

NOME:
CPF:NOME:
CPF: